

venda de veículos automóveis para transporte de pessoas ou de mercadorias, quer montados em Portugal, quer importados completos.

Decreto-Lei n.º 504-G/85:

Aplica o regime previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 16.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado às transmissões de bens em segunda mão.

Ministérios das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Indústria e Comércio:

Portaria n.º 961-C/85:

Introduz alterações à Portaria n.º 327/85, de 30 de Maio, que sujeita ao pagamento de um direito nivelador a importação de carapau fresco ou refrigerado.

Ministério da Administração Interna:

Decreto-Lei n.º 504-H/85:

Aplica, em relação à eleição do Presidente da República, a realizar no dia 26 de Janeiro de 1986, o regime de transferência de verbas constantes do Decreto-Lei n.º 410-B/79, de 27 de Dezembro.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 504-I/85:

Estabelece medidas relativas à legalização das vinhas existentes em situação ilegal.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 3/86

de 7 de Fevereiro

Alteração ao Orçamento do Estado para 1985

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 164.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Alteração ao Orçamento do Estado para 1985)

1 — É alterado o Orçamento do Estado para 1985, aprovado pela Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro, na parte respeitante aos mapas I a IV anexos a essa lei.

2 — As alterações referidas no número anterior constam dos mapas I a IV anexos à presente lei, que substituem, na parte respectiva, os mapas I a IV da Lei n.º 2-B/85.

Artigo 2.º

(Empréstimos)

Na sequência das alterações introduzidas pela presente lei, é fixado o limite de 338,51 milhões de contos para o montante dos empréstimos internos a prazo superior a um ano, referido no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 2-B/85.

Artigo 3.º

(Imposto do selo)

As operações a que se referem o n.º v do artigo 29 e o artigo 120-A da tabela geral do imposto do selo que forem sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado e não gozem da isenção deste imposto ficam isentas de imposto do selo.

Artigo 4.º

(Alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado)

1 — O artigo 2.º, n.º 2, alínea d), do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 42/85, de 22 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

.....
.....
d) Os seguintes artigos da Tabela Geral do Imposto do Selo: 5, 12, n.º 2, 27, 29 (excepto no que se refere ao imposto incidente sobre bilhetes de passagens aéreas internacionais e sobre o preço de aluguer ou afretamento de aviões), 49-A, 50, n.º 1, alínea a), 55, 106, 114-A, 140 e 141 (desde que, nestes dois últimos casos, os documentos aí referidos comprovem o pagamento de operações sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado, ainda que dele isentas);

2 — A lista II anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do mesmo Código, passa a integrar dois novos números com a seguinte redacção:

- a) 1.1-A — Leite não incluído na lista I, ainda que adicionado de outros produtos.
- b) 3.5-A — Portagens cobradas nas pontes e auto-estradas.

Artigo 5.º

(Autorizações do Governo relativas ao IVA)

Fica o Governo autorizado a:

- 1) Tornar extensivas ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e ao imposto especial de consumo que venha a substituir o imposto sobre a venda de veículos automóveis (IVVA) as isenções do imposto de transacções (IT) e do imposto sobre a venda de veículos automóveis (IVVA), expressamente previstas em acordos internacionais;
- 2) Dar nova redacção à alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, no sentido de nela incluir a navegação marítima em alto mar;

- 3) Isentar do imposto sobre o valor acrescentado as importações dos barcos e aviões referidas nas alíneas d), e) e g) do n.º 1 do artigo 14.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- 4) Aditar um número ao artigo 18.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, no sentido de ser aplicável a taxa de 16 % às mercadorias que sejam objecto de pequenas remessas enviadas a particulares ou que estejam contidas nas bagagens pessoais dos viajantes, sujeitas a um direito aduaneiro englobado de 10 %, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 6/81, de 24 de Janeiro, desde que não isentas ao abrigo do artigo 13.º do mesmo Código;
- 5) Considerar não aplicável aos bens imóveis, adquiridos com sujeição a IVA, nos termos do regime de opção previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 3.º e nos artigos 23.º, 24.º e 25.º do mesmo diploma, alterando em conformidade a redacção destas disposições.

Artigo 6.º

(Alteração de receitas do IVA às câmaras municipais e aos órgãos regionais de turismo)

1 — Das receitas do IVA provenientes da tributação das actividades turísticas, a percentagem de 37,5 % será afecta às câmaras municipais onde estas actividades são efectivamente prestadas, constituindo receita própria dos respectivos municípios.

2 — Sempre que existam órgãos regionais de turismo, 50 % das receitas referidas no n.º 1 serão entregues directamente a esses órgãos pelos serviços competentes do Ministério das Finanças.

3 — A receita a que se refere o n.º 1 não pode ser, em 1986, inferior à recebida em 1985 pelas câmaras municipais e órgãos regionais de turismo como receita do imposto de turismo, acrescida de 20 %.

Artigo 7.º

(Imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas)

1 — O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 342/85, de 22 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 1.º É criado um imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas, a que estão sujeitas as bebidas a seguir indicadas:

- a) Aguardentes vínicas, velhas ou preparadas;
- b) Aguardentes e outras bebidas alcoólicas em cuja composição ou preparação entre álcool etílico não vínico (com excepção das aguardentes de cana, de figo e de outros frutos directamente fermentescíveis e o rum de cana);
- c) Aquavít;
- d) Brände;
- e) Gencbra;

- f) Gim;
- g) Licores;
- h) Vodka;
- i) Uísque.

2 — O n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 342/85 passa a ter a seguinte redacção:

.....
2 — As taxas a aplicar por litro de álcool puro são fixadas em 350\$.

Artigo 8.º

(Imposto sobre a importação de café, tabaco e bebidas alcoólicas)

1 — É eliminado o adicional de 10 % dos direitos de importação do tabaco estrangeiro manipulado e das bebidas alcoólicas da mesma origem, cobrado a favor do Fundo de Socorro Social, de acordo com o Decreto-Lei n.º 47 500, de 18 de Janeiro de 1967.

2 — O Governo procederá, mediante decreto-lei, às adaptações legais necessárias à transformação do imposto sobre a importação de café, regulado pelo Decreto-Lei n.º 253/79, de 27 de Julho, em imposto interno, com idêntica taxa.

Artigo 9.º

(Incentivos fiscais à orientação de pequenas e médias poupanças para habitação)

Fica o Governo autorizado a conceder a isenção do imposto de capitais incidente sobre os juros de depósitos constituídos ao abrigo das contas poupança-habitação e dos planos de poupança-habitação, nos termos em que estas estiverem regulamentadas por decreto-lei, e desde que tais depósitos sejam afectos à compra de habitação própria permanente.

Artigo 10.º

(Disposição final)

1 — As despesas realizadas por conta das verbas inscritas ou reforçadas nos termos da presente lei podem ser autorizadas, processadas e pagas até 30 dias após a sua publicação, sendo escrituradas em conta do ano económico abrangido pelo orçamento de 1985.

2 — As autorizações legislativas concedidas pela presente lei poderão ser utilizadas até à entrada em vigor da lei do orçamento para 1986.

Aprovada em 10 de Janeiro de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 23 de Janeiro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO RAMALHO EANES*.

Referendada em 23 de Janeiro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MAPA I

Receitas do Estado

[Substitui, na parte alterada, o mapa I a que se refere a alínea a) do artigo 1.º da Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro]

Capítulos	Grupos	Artigos	Designação das receitas	Importâncias Contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
Receitas correntes						
01	01		Impostos directos			
		Sobre o rendimento:				
	01	01	Contribuição industrial	49 000 000		
	01	02	Contribuição predial	40 000		
	01	03	Imposto profissional	65 600 000		
	01	04	Imposto de capitais	106 100 000		
	01	05	Imposto complementar	13 000 000		
	01	06	Impostos extraordinários	16 000 000		
	01	07	Imposto de mais-valias	1 500 000		
	01	09	Imposto sobre a indústria agrícola	100 000		
		251 350 000	
	02	02	Outros:			
		01	Imposto sobre as sucessões e doações	7 290 000		
		04		
		05	Imposto especial sobre veículos	300 000		
			Impostos directos diversos	400 000	20 490 000	271 840 000
02	01		Impostos indirectos			
		Aduaneiros:				
	01	01	Direitos de importação	13 100 000		
	01	02	Sobretaxa de importação	9 000 000		
		22 100 000	
	03	03	Outros:			
		01	Estampilhas fiscais	9 000 000		
		02	Imposto do selo	90 000 000		
		
		04	Imposto de transacções	135 800 000		
		05	Imposto sobre o valor acrescentado	100 000		
		06	Imposto sobre a venda de veículos automóveis	32 000 000		
		07	Imposto de consumo sobre o tabaco	36 300 000		
		18	Imposto interno de consumo	3 900 000		
		327 286 500	354 386 500	
	
Receitas de capital						
12	...		Passivos financeiros			
...	...					
06	06		Títulos a médio e longo prazos — Outros sectores:			
		01	Crédito interno	362 084 981		
		02	Receita proveniente de saldos de empréstimos internos e das emissões de bilhetes do Tesouro efectuadas em 1985, nos termos do § único do artigo 5.º do Decreto com força de lei n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930	69 967 128		
		
			Total das receitas	-	-	1 392 967 151

MAPA II

Alteração das despesas por departamentos do Estado e capítulos

[Substitui, na parte alterada, o mapa II a que se refere a alínea a) do artigo 1.º da Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro]

Capítulos	Designação orgânica	Importâncias Contos	
		Por capítulos	Por ministérios
	01 — Encargos Gerais da Nação		
10	Direcção-Geral da Comunicação Social	584 820	5 516 471
...
	02 — Ministério da Defesa Nacional — Estado-Maior-General das Forças Armadas		
02	Estado-Maior-General das Forças Armadas	3 172 067	12 209 389
...
	06 — Ministério das Finanças e do Plano		
04	Secretarias-gerais	938 144
	Secretaria de Estado do Orçamento		
14	Direcção-Geral das Alfândegas	1 714 636
17	Pensões e reformas	30 585 837
...
	Secretaria de Estado do Tesouro		
20	Direcção-Geral do Tesouro	8 102 567
22	Encargos da dívida pública	406 806 160
...
	Despesas comuns		
60	Despesas excepcionais	212 841 800	692 105 600
...
	07 — Ministério da Administração Interna		
01	Gabinete do Ministro	1 479 382
06	Guarda Nacional Republicana	11 272 810
...
	Secretaria de Estado da Administração Autárquica		
10	Administração local	66 441 047	97 564 302
...
	08 — Ministério da Justiça		
01	Gabinete do Ministro	285 184	6 695 400
...
	09 — Ministério dos Negócios Estrangeiros		
02	Serviços diplomáticos e consulares	8 969 414
...
	Secretaria de Estado da Cooperação		
05	Direcção-Geral de Cooperação	511 098	10 820 357
...

Capítulos	Designação orgânica	Importâncias	
		Contos Por capítulos	Contos Por ministérios
12 — Ministério da Indústria e Energia			
01	Gabinete do Ministro	6 180 566	
...	12 848 380
...
15 — Ministério da Educação			
06	Direcção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo	2 464 034	
...	122 422 081
16 — Ministério da Saúde			
03	Departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde	117 440 343	
...	120 481 960
17 — Ministério do Equipamento Social — Transportes e Comunicações			
02	Secretaria-Geral dos Transportes e Comunicações	4 870 164	
...	19 890 880
18 — Ministério do Equipamento Social — Obras Públicas, Habitação e Urbanismo			
03	Secretaria-Geral	7 906 567	
...	53 734 100
...
<i>Valor dos ministérios</i>		—	1 392 967 151

MAPA III**Alteração das despesas por grandes agrupamentos económicos**

[Substitui, na parte alterada, o mapa III a que se refere a alínea a) do artigo 1.º da Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro]

Código	Classificação económica	Importâncias	
		Contos	Contos
Despesas correntes			
01 a 18	Pessoal	251 737 228	
...	Aquisição de serviços	22 135 561
28 a 31	Juros	274 139 494	
32 a 37	Transferências — Sector público	226 994 036	
38	Subsídios	85 285 200	
39 e 40	Transferências — Outros	8 038 768	
41 a 43	Outras despesas correntes	87 493 670	
44			
	<i>Soma</i>	987 924 084	
Despesas de capital			
45 a 53	Investimentos	40 170 909	
54	Transferências — Sector público	68 782 321	
...			
60 a 65	Activos financeiros	37 554 443	
...			
71	Outras despesas de capital	14 813 632	
	<i>Soma</i>	295 140 957	
	<i>Total</i>	1 392 967 151	

MAPA IV

Alteração da classificação funcional das despesas públicas

[Substitui, na parte alterada, o mapa IV a que se refere a alínea a) do artigo 1.º da Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro]

Código	Descrição	Importâncias Contos	
		Por subfunções	Por funções
1	Serviços gerais da Administração Pública:		
1.01	Administração-geral	290 291 613	
1.02	Negócios estrangeiros	11 096 687	
1.03	Segurança e ordem públicas	39 319 314	
...	342 650 834
2	Defesa Nacional		82 379 564
3	Educação		128 099 032
4	Saúde		128 780 548
5	Segurança e assistência sociais		69 833 043
...
8	Serviços económicos:		
8.01	Administração-geral, regulamentação e investigação	84 233 428	
8.05	Estradas	17 674 730	
...	202 816 858
9	Outras funções:		
9.01	Operações da dívida pública	406 851 160	
9.03	Diversas não especificadas	11 762 880	418 614 040
	Total	-	1 392 967 151

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/86

Considerando o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 497/85, de 17 de Dezembro, e tendo em vista a execução do Programa do Governo no que se refere à promoção da coordenação da investigação científica e da actividade de projecto e consultoria nacionais, bem como, em ligação com estas, à da cooperação científica e tecnológica internacional ao abrigo dos instrumentos de cooperação existentes, o Conselho de Ministros, na sua reunião de 2 de Janeiro de 1986, resolveu definir as funções coordenadoras do ministro que tutela a investigação científica e tecnológica, atribuindo-lhe:

1 — A orientação global do sistema científico e tecnológico nacional, nomeadamente no que se refere ao seu planeamento, coordenação, acompanhamento e avaliação, com base na política de ciência e tecnologia definida pelo Governo.

2 — A supervisão e incentivação da actividade nacional de consultoria e projecto e sua articulação com a de investigação científica e desenvolvimento.

3 — A coordenação da cooperação científica e tecnológica internacional ao abrigo dos acordos de coope-

ração bi ou multilaterais existentes, designadamente os decorrentes do Tratado de Adesão à CEE, assegurado o acompanhamento e apoio dos serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4 — A faculdade de, para a consecução das atribuições acima referidas, obter das instituições, centros ou outras unidades de investigação, através dos respectivos membros do Governo de tutela, quaisquer informações que entenda necessárias.

5 — A faculdade de nomear, por despacho, obtida a concordância dos respectivos membros do Governo de tutela, quaisquer membros da comunidade científica e tecnológica para integrarem conselhos, comissões, grupos de trabalho ou outros órgãos de natureza semelhante.

6 — A competência para a elaboração de parecer prévio sobre os projectos de diploma relativos ou com incidência no sistema científico ou tecnológico nacional.

7 — A competência para propor, em conjunto com o respectivo ministério de tutela, os planos anuais e plurianuais, no âmbito dos investimentos do Plano do sector da investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.